



A BLINDAGEM DA PEC6/19

Vilson Antonio Romero



“Fake News”

- **Desconstitucionalização**
- **Capitalização**
- **Privilégios**

Projeções atuariais (?) (CB, 03/05/19)

Cadê os números do regime geral?

Instituições que representam trabalhadores cobram informações sobre dados que basearam os cálculos da PEC da Previdência. Ministério diz que "no momento, não tem"

» ALESSANDRA AZEVEDO

Em meio a discussões sobre a reforma da Previdência no Congresso, o governo continua recebendo críticas por não publicar os microdados relativos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Instituições que representam os trabalhadores reclamam que ainda não há uma avaliação atuarial do impacto da proposta para a iniciativa privada nem para militares, apenas para os servidores civis. No site dedicado à transparência da reforma, só há informações referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

"No momento, não tem", disse ao *Correio* o secretário de Previdência, Leonardo Rolim, que tem recebido cobranças de dados sobre a situação de cada pessoa cadastrada no sistema, em atividade ou aposentada. Ele não considera que a falta de detalhes específicos dos beneficiários prejudica o debate, já que os cálculos do governo se baseiam em projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em dados históricos do RGPS.

O sistema usado, segundo o secretário, é "muito completo": conta com mais de 2 mil abas, com uma série de variáveis, e está à disposição da sociedade. "Trabalhamos com todos os benefícios, com corte populacional e série histórica de receitas e de despesas. É bastante completo, mas não é de microdados", explica.

Rolim comentou o assunto, ontem, após a ida do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Floriano Martins, ao Ministério da Economia. Ele disse ter saído de lá "frustrado": "Não vamos ferir o sigilo de ninguém, mas não tem como fazer cálculos sem os dados. Esse tipo de negativa torna a discussão um tiroio no escuro", afirmou. "Da mesma

Carlos Vieira/CBDA Press - 6/3/19



Leonardo Rolim tem recebido cobranças sobre a situação de cada pessoa cadastrada no sistema

Não vamos ferir o sigilo de ninguém, mas não tem como fazer cálculos sem os dados (...). Da mesma forma que o governo disponibilizou microdados do servidor, por que não do RGPS?"

Floriano Martins,
presidente da Anfip

forma que o governo disponibilizou microdados do servidor, por que não do RGPS?", questionou.

"Futuro próximo"

Segundo Rolim, há mais previsibilidade no caso dos regimes próprios. No RGPS, a situação é mais complexa. "A volatilidade é maior, e os dados de longo prazo não são tão confiáveis", comentou. Ele lembrou que o governo nunca teve esse tipo de informação. A proposta de reforma do então presidente Michel Temer, por exemplo, não foi acompanhada por microdados do RGPS.

"Isso nunca foi feito. E ninguém nunca abriu os dados como a gente está abrindo, para dar transparência", defendeu Rolim. Ainda assim, o secretário garantiu que o governo vai fazer uma avaliação "no futuro

próximo". "Estamos criando um observatório. Vamos chamar a sociedade civil para ajudar a construir um modelo atuarial", afirmou.

Militares

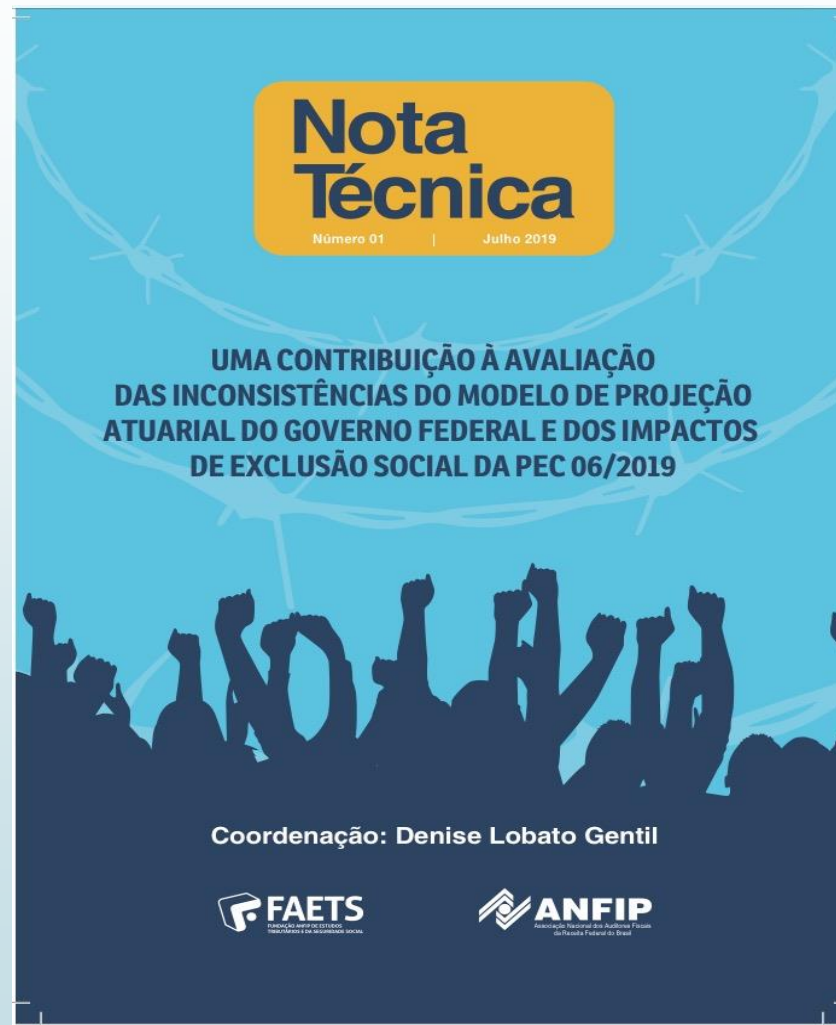
Já os dados referentes aos militares só podem ser conseguidos com o Ministério da Defesa. "A gente não tem, porque não é atribuição nossa. São dados sensíveis, até do ponto de vista de segurança", pontuou Rolim. Mas, segundo ele, isso pode mudar, caso a reforma seja aprovada como o governo a enviou. O texto prevê a criação de um cadastro nacional de todos os servidores, "inclusive militares", ressaltou. O sistema só terá informações que "realmente são necessárias", para poder verificar acumulações indevidas, por exemplo.



Projeções atuariais (?) (CB, 03/05/19)

Segundo Rolim, há mais previsibilidade no caso dos regimes próprios. No RGPS, a situação é mais complexa. “A volatilidade é maior, e os dados de longo prazo não são tão confiáveis”, comentou. Ele lembrou que o governo nunca teve esse tipo de informação. A proposta de reforma do então presidente Michel Temer, por exemplo, não foi acompanhada por microdados do RGPS.

Projeções atuariais (?)





Desconstitucionalização

- **Mais de 80 dispositivos são remetidos para leis complementares ou ordinárias**
- **No texto-base: idade mínima e princípios gerais**

Desconstitucionalização

- ▶ **Art. 40...**
- ▶ **§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:**
- ▶ **....**
- ▶ **III - no âmbito da União, aos sessenta e dois anos de idade, se mulher, e aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.**

Desconstitucionalização

- ▶ **Art. 201...**
- ▶ **...**
- ▶ **§ 7º...**
- ▶ **...**
- ▶ **I - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta e dois anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição;**
- ▶ **II - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.**

Capitalização

- ▶ **Art. 40...**
- ▶ ...
- ▶ **§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16....**

Capitalização

- ▶ **Art. 40...**
- ▶ ...
- ▶ **§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.**

Capitalização

- ▶ **Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)** são operadoras de plano(s) de benefícios, constituídas na forma de sociedade civil ou a fundação, e sem fins lucrativos, estruturada na forma do artigo 35, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que tenha por objeto operar plano de benefício de caráter previdenciário.
- ▶ As EFPC são instituições criadas para o fim exclusivo de administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ ou instituídos.

Capitalização

- ▶ **Entidades abertas de previdência complementar - são entidades constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.**
- ▶ **São regidas pelo Decreto-Lei 73/66 e pela Lei Complementar 109/2001 e reguladas e fiscalizadas pelo Ministério da Economia, através do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).**



Previdência aberta - ranking

- **Conservadores – Mongeral e Icatu**
- **Moderados – Icatu**
- **Agressivos – Safra e Ibiúna**
- **Data-alvo – Icatu e Brasilprev**

► **Fonte: Proteste, in** <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/os-melhores-planos-de-previdencia-privada-segundo-a-proteste/>

Previdência complementar UF

Tabela 3 - EFPC de servidores públicos

Estado/Município	Nome/Sigla EFPC	Início Atividades	Situação EFPC
São Paulo	SP-PREVCOM	23/03/2012	Em funcionamento
Rio de Janeiro	RJPREV	04/09/2013	Em funcionamento
Espírito Santo	PREVES	19/12/2013	Em funcionamento
Minas Gerais	PREVCOM-MG	19/09/2014	Em funcionamento
Bahia	PREVBAHIA	09/03/2016	Em funcionamento
Rio Grande do Sul	RS-PREV	26/04/2016	Em funcionamento
Santa Catarina	SCPREV	02/05/2016	Em funcionamento
Goiás	PREVCOM-GO	05/04/2017	Em funcionamento
Curitiba-PR	CURITIBAPREV	Não iniciado	Autorizada
Distrito Federal	DF-PREVICOM	Não iniciado	Autorizada

Previdência complementar municípios

REFORMA DA PREVIDÊNCIA 07/07/2019 - 10h34min. Alterada em 07/07 às 10h34min

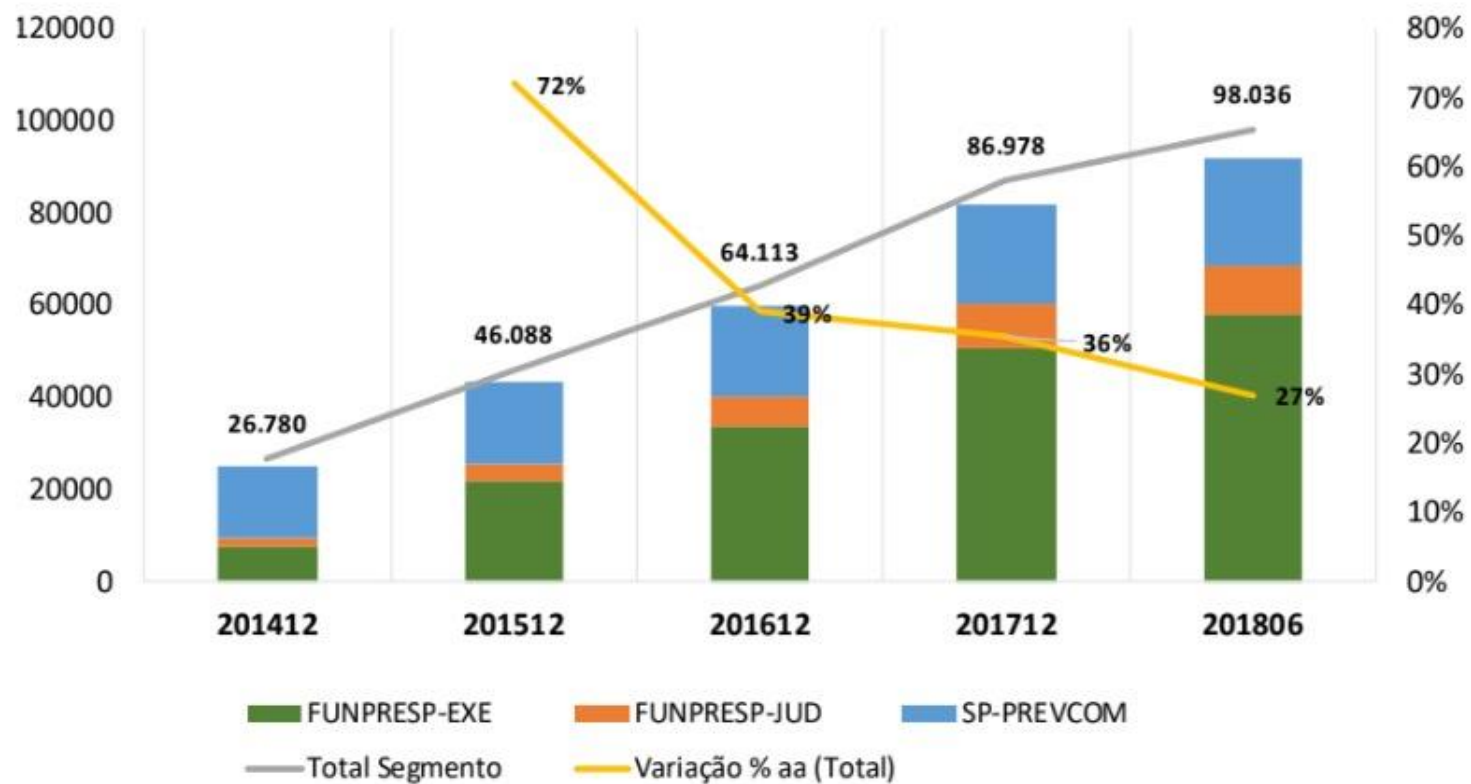
Capitalização já existe em 1,4 mil cidades

ESTADÃO *conteúdo*

Um dos pontos mais polêmicos da reforma da Previdência, o regime de capitalização já existe em dois terços dos 2,1 mil municípios brasileiros que têm regimes próprios de aposentadoria para seus servidores. Realidade ainda pouco conhecida, a adoção desse modelo permitiu a cidades como Barueri (SP) e Joinville (SC) atingir o equilíbrio nas contas e abrir caminho para novos investimentos em saúde, educação e saneamento.

Previdência complementar servidores

Gráfico 10 - Previdência complementar dos servidores públicos - população ativa



Capitalização



ad 09-02

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

PLANO COMPLEMENTAR

Previdência privada ganhará 4 milhões de participantes

Estimativa é que salto nas adesões ocorra em 5 anos. Recursos devem atingir R\$ 1 tri em 2020

A aprovação da reforma da Previdência deve levar a um aumento de 25% no número de pessoas que investem em planos de aposentadoria complementar, passando dos atuais 16 milhões para 20 milhões em cinco anos, segundo estimativas da consultoria Mercer. O banco Santander prevê que o volume de recursos deve atingir R\$ 1 trilhão já no ano que vem. No Brasil, a previdência complementar representa 25% do PIB do país, enquanto nos EUA chega a 76%. Para especialistas, o ideal é combinar plano privado com a Previdência pública, uma vez que o INSS tem benefícios que vão além da aposentadoria, como auxílio-doença. **PÁGINAS 27 e 28**

Capitalização

☰

FOLHA DE S. PAULO
★ ★ ★

🔍

mercado > mercado financeiro previdência tec folhainvest mpme indústria 4.0

FOLHAINVEST

Estados desviam R\$ 7 bi de capitalização para cobrir rombo de aposentadorias

De 12 com problemas, 10 estão em situação irregular e outros 2 sob análise do ministério da Economia

Capitalização

Prefeitura quer usar fundo da capitalização para pagar pensões do sistema de repartição

Justificativa utilizada pelo executivo de Porto Alegre é o alto custo da transição entre os dois regimes

12/08/2019 | 7:02
Por **Flávia Bemfica**



Prefeitura pretende usar fundo da capitalização para pagar pensões | Foto: Mauro Schaefer / CP Memória

Impactos da PEC

Situação Financeira do Sistema Previdenciário (RGPS e RPPS), pensões militares e assistência BPC

- Todos os sistemas apresentam deficit crescentes

Categorias	Realizado 2018			Projeção 2019		
	Despesa	Receita	Deficit	Despesa	Receita	Deficit
RGPS	586,4	391,2	195,2	637,9	419,8	218,0
Urbano	462,7	381,3	81,4	502,1	409,2	92,9
Rural	123,7	9,9	113,8	135,7	10,6	125,1
RPPS União	79,9	33,4	46,5	89,6	35,7	53,9
FCDF	4,8	0,3	4,5	4,8	0,3	4,5
Forças Armadas	21,4	2,4	19,0	21,7	3,3	18,4
Total	692,5	427,3	265,2	754,0	459,1	294,9
BPC	56,2			60,2		
Despesa total	748,7			814,2		

Notas: 1 - Fonte "Realizado 2018": RGPS - Fluxo de Caixa FRGPS - SIAFI; RPPS, FCDF e Forças Armadas - RREO 6º bimestre.

2 - Fonte "Projeção 2019": RGPS - PLOA 2019; RPPS União e Forças Armadas - PLDO 2019; FCDF - mantido "Realizado 2018".

3 - Forças Armadas: valores das pensões militares.

4 - Despesa BPC: inclui despesa com RMV.

Impactos da PEC

Impacto (em R\$ bilhões)

*em R\$ bilhões de 2019

DECOMPOSIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	10 anos
RGPS (Total) (I)	3,6	16,4	25,8	38,1	54,5	71,2	87,6	103,7	119,3	134,7	654,7
Aposentadoria por Idade	1,7	4,0	6,6	9,4	10,9	12,4	14,0	15,6	17,2	18,8	110,7
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	3,5	10,5	14,1	19,7	30,6	41,5	51,8	62,0	71,1	79,9	384,8
Aposentadoria por Invalidez	0,9	2,4	3,9	5,5	7,0	8,6	10,2	11,8	13,4	15,0	78,6
Pensão por Morte	1,0	3,0	5,1	7,6	10,4	13,4	16,6	20,0	23,6	27,4	128,1
Outros	-1,0	-0,9	-1,1	-1,3	-1,5	-1,7	-2,0	-2,5	-2,8	-3,1	-18,0
Novas Aliquotas de Contribuição	-2,5	-2,6	-2,7	-2,7	-2,8	-2,9	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	-28,4
IRPF RGPS	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-1,2
RPPS União (Total) (II)	4,8	8,2	11,4	13,9	17,3	19,7	22,0	19,7	21,1	21,6	159,8
Aposentadorias	1,5	4,2	6,8	8,7	11,4	13,3	15,2	13,2	14,3	14,5	103,2
Pensão por Morte	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,6	1,8	2,0	11,2
Receita da postergação de benefícios	0,0	0,8	1,5	2,0	2,8	3,2	3,7	2,9	3,2	3,2	23,5
Novas Aliquotas de Contribuição	3,2	3,0	2,8	2,8	2,6	2,5	2,2	2,4	2,2	2,2	25,7
IRPF RPPS	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-3,8
Focalização do abono salarial (III)	0,0	3,8	7,8	8,1	8,4	8,8	9,2	9,6	10,1	10,5	76,4
BPC/Loas (IV)	0,2	0,6	1,1	1,5	2,0	2,5	3,0	3,6	4,1	4,7	23,4
Subtotal (I a IV)	8,5	29,0	46,0	61,7	82,3	102,2	121,8	136,6	154,7	171,5	914,3
CSLL (adicional de 5% para bancos)	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0	19,2
TOTAL GERAL	10,1	30,6	47,6	63,4	84,0	104,0	123,6	138,5	156,6	173,5	933,5

Impactos da PEC

- **R\$ 933,5 bilhões: economia prevista em 10 anos**
- **R\$ 678,1 bilhões – RGPS/LOAS (73%)**
- **Desequilíbrio rural - R\$ 125,1 bilhões (2019)**
- **Em 10 anos - R\$ 1,25 trilhão**

Os “privilegiados”

- **50. Ricos tendem a se aposentar mais cedo e com maiores valores.** Em geral, em especial no setor urbano, os trabalhadores socialmente mais favorecidos (maior renda, formalidade, estabilidade ao longo da vida laboral e melhores condições de trabalho) tendem a se aposentar por tempo de contribuição. Isto é, sem idade mínima, **com idade média de 54,6anos em 2018**, tendo expectativa de recebimento do benefício de **27,2 anos**, e com valor médio de cerca de **R\$ 2.231,00**. (Exposição de motivos da PEC 06/19)

Alcançados pela reforma

- **51. Pobres tendem a se aposentar mais tarde e com menores valores.** Já aqueles trabalhadores socialmente menos favorecidos (menor renda, maior informalidade, menor estabilidade ao longo da vida laboral, menor densidade contributiva e piores condições de trabalho) tendem a se aposentar por idade aos **63 anos em média (em 2018)**, o que implica uma duração média esperada de **20,1 anos**, e com valor médio de aposentadoria de cerca de **R\$ 1.252,00**. (**Exposição de motivos da PEC 06/19**)

A economia dos Municípios I (2017)

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam a Arrecadação - por região

Regiões	2010	Δ%	2017	Δ%	% Municípios onde Benef. > Arrecad.
Centro-Oeste	307	6,7	362	7,4	79,0
Nordeste	1.607	35,0	1.631	33,3	90,9
Norte	335	7,3	373	7,6	82,3
Sudeste	1.314	28,6	1.462	29,9	87,6
Sul	1.026	22,4	1.068	21,8	89,7
Total Benefícios > Arrecadação	4.589	100,0	4.896	100,0	87,9

A economia dos Municípios II (2017)

Municípios onde Benefícios > FPM

Regiões	2010	Δ%	2017	Δ%	% Municípios onde Benef > FPM	Total Municípios
Centro-Oeste	275	7,1	361	8,8	59,6	606
Nordeste	1.209	31,2	1.269	31,0	70,7	1.794
Norte	232	6,0	199	4,9	64,0	311
Sudeste	1.255	32,4	1.303	31,8	78,1	1.668
Sul	904	23,3	968	23,6	81,3	1.191
Total Benef. > FPM	3.875	100,0	4.100	100,0	73,6	5.570

Redistribuição de renda

Impactos dos mecanismos de proteção social (previdência¹ e assistência social) sobre o nível de pobreza² – Brasil (2016)

Descrição	Quantidade de Pessoas	% do Total
População de Referência³	204.158.256	100,00%
Renda Domiciliar < R\$ 468,5	Incluindo benefícios (A)	63.958.454 31,30%
	Excluindo benefícios (B)	94.858.130 46,50%
Pessoas retiradas da pobreza por benefícios (B-A)	30.899.676	Redução de 15,2%

Fonte: PNADC/IBGE 2017.

Elaboração: SPREV/MF.

Nota: ¹Considerando também os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

²Linha de pobreza corresponde à quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo vigente em 2017 (R\$ 468,50).

³População total, exclusive aqueles que habitam domicílios onde ao menos uma pessoa possui rendimento ignorado.

Blindagem da PEC 6/19

A12 SEGUNDA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2019
entrevista da 2ª



Tasso Jereissati, 78
Empresário, formado em administração de empresas, foi governador do Ceará por três vezes; assessor pelo PSDB desde 2011, e o autor da reforma da Previdência na Casa.

que venha e renunciar o ambiente não é bom que venha do Poder Executivo.

Arreforma tributária também pode atrapalhar? É melhor que destaque só depois de o aumento [Previdência] passar em plenário aqui. Até por questão de tempo, senão na CCI, comissões etc. Acho que, no fundo, não vai atrapalhar, mas que ela venha entrando lentamente, sem se mostrar como as discussões da reforma da Previdência.

Acha que a reforma tributária é até mais complexa. Em vários aspectos: condições de União, estados, municípios, do contribuinte, do consumidor. Vai ser uma surpresa muito grande se alguma reforma complexa dessa maneira for aprovada até o final do ano.

Todas as mudanças do tema do não passava PEC paralela? O coração da PEC paralela é a inclusão de estados e municípios. Pode haver [outras mudanças] porque agora é que vamos entrar no processo de votar os senadores.

Durante a discussão na CCI, provavelmente várias emendas e sugestões vão aparecer, e é praticamente impossível eu dizer hoje o que pode ou não ser aproveitado.

A discussão da capitalização é possível, sim. Não nos termos em que veio de governo, mas mais abrangentes. Não vou dizer que vai colocar, vai depender do ambiente. Andando tenho coragem firmada. [Inscrição] não, o ministro Onyx Lorenzoni [Casa Civil] disse que o governo enviaria ao Congresso um PEC exclusiva sobre capitalização.]

E o gatilho, aquele aumento automático de idade mínima, a cada quatro anos subita a idade para poder se aposentar? Não acho tão importante hoje, mas vamos começar um mês intenso de discussões.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCI, disse não achar interessante fazer a reforma para estados e municípios. Ela defende a ideia de criar um dispositivo para que eles possam por lei complementar suas próprias reformas. Na Câmara, vários líderes dizem que o destino dessa PEC é agiaveta. Como contornar essa questão política? Vamos ter alguns acontecimentos que vão dar um clima diferente, mesmo na Câmara, nos próximos dias. Lições governadoras vão assinar um documento e enviar à presidência do Senado, de apoio à inclusão de estados e municípios. Isso mudará parte o quadro na Câmara.

As reuniões dos presidentes dos maiores entes locais municipais, todos Euvoricos, apoiando e pedindo a inclusão dos municípios. Se realmente

FOLHA DE S. PAULO • • •

E medidas para aumentar a receita? Há questões técnicas que estão sendo colocadas, como buscar compensação fora da questão previdenciária, como o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [CSLL] dos bancos, que não seria Previdência, seria uma questão de reforma tributária.

Tecnicamente tem gente que discute se isso pode deixar ou não distorcido. Não vejo como a técnica procure soluções, neste momento, através de aumento de receita. Não é esse o espírito da reforma da Previdência.

Vai ser mantido o fim da aposentadoria compulsória para juizes? Todas essas questões que não são polêmicas, hoje, aqui, vamos, por enquanto, dar curso imediato.

Arreforma na Câmara passou por causa do governo ou apelo do governo? Não foi apelo do governo. Talvez apelo do presidente [Bolsonaro]. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi muito importante, mas os esforços do Rodrigo Maia [secretário especial de Previdência e Trabalho] e do Paulo Guedes [ministro da Economia] também foram.

Como o sr. vê a liberação de emendas para a aprovação da reforma da Previdência? Há uma ruptura do discurso durante a campanha e a prática do Bolsonaro quando presidente? Claro faz parte da nossa cultura, faz parte do relacionamento histórico do Congresso com o presidente da República. Não deveria ser dessa maneira, mas isso não vamos resolver só com a reforma política. Não vai ser agora nessa reforma, nem no grito.

O sr. já avaliou a relação de Executivo com o Congresso como uma coisa horrível. Como vê agora? Há coisas horríveis com as quais gente se acostuma e acaba não ficando tão espantado. Continuo horrível, mas a gente está se acostumando com esse comportamento um pouco excêntrico [de Bolsonaro].

Recentemente ele disse que se o Congresso não aprovar o filipe [Bolsonaro] para ser o bastador nos EUA, ele o colocará como chanceler e que vai querer ver quem tirará dele a, base de um bom dia, de uma falta de respeito com o Congresso gigantesca. Não a respeito do seu irmão meio, porque estamos nos acostumando de que vamos ter de conviver com isso nos próximos três anos.

Com as mais recentes declarações do presidente, como contestação de dados de desenvolvimento, tentativa de tirar receita de jornais, comentários sobre Eton da ditadura, e

Tasso Jereissati Quanto mais calado Bolsonaro ficar, mais fácil se aprova a Previdência

Relator da reforma no Senado vê tendência autoritária no presidente e diz que indicação de Eduardo para os EUA pode contaminar o cenário

Manifestações

- ▶ Senador Tasso Jereissati (CE), na Folha de S.Paulo, em 12/08/19:
- ▶ *Qual sua avaliação do texto da reforma aprovado na Câmara?*
- ▶ **“Muito bom. Está razoável para as condições e circunstâncias que estamos vivendo. Acho que a maioria das pessoas não esperava que fosse possível fazer um texto tão avançado, tão amplo com uma relativa tranquilidade tanto política como da sociedade. Foi o melhor dentro do possível.”**

Blindagem da PEC 6/19

PERFIL

Campo Grande.
Simone em seu apartamento



Simone Tebet, senadora (MDB-MS)

‘Bolsonaro ainda não vestiu o terno de presidente’

Aimensidão do apartamento ajuda. “Quando ele come demais no jantar, e ronca, vai dormir em outra suíte”, contou. Ele, no caso, é o marido, que ouve o chiste com bom humor. Somando os sete anos de namoro, são 30 anos de vida. São ricos, ambos, donos de boa carteira imobiliária, que inclui fazendas de cana administradas pelo marido empresário e deputado.

Rocha votou em Bolsonaro, embora não seja entusiasta. Já a senadora, que foi de Henrique Meirelles no 1.º turno, não revela em quem votou no 2.º. “Eu fiquei embretada”, disse.

lacioname
te Lula d
mandato”
bre o ex-p
tenciado
gem de d
sos em tr
rou, como
se trata d
cia ao de
ção impo
dência m

Na bat
pai, Simo
mou-se e
anos, na U
professor
trativo. f

Manifestações

- ▶ Simone Tebet, em O Estado de São Paulo, de 18/08/19:
- ▶ *E agora, a PEC da Previdência, já aprovada na Câmara, passa no Senado?*
- ▶ **“Passa, essencialmente, do jeito que chegou. Não é a reforma ideal para o País, não é a salvadora da pátria, não resolve os problemas de curto e médio prazo – mas precisamos imediatamente virar essa página, e avançar nas outras reformas”.**



Obrigado pela atenção!

romero@anfip.org.br